

**ENCONTRO
A CIDADE, ENTRE PROJECTOS E POLÍTICAS**

BRANCA

Nas rotas da cidade

João Teixeira Lopes
Luís Vicente Baptista
António Firmino da Costa

Resumo

Apresentação das comunicações resultantes do encontro *A Cidade, entre projectos e políticas*.

Palavras-chave: Cidade; Cultura; Estado; Património.

A cidade, entre projectos e políticas

Tal como se enunciava no folheto de divulgação do encontro *A Cidade, entre Projectos e Políticas*, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 30 de Junho de 2003, pretende-se com este *dossier* promover o debate acerca da cidade na sua dupla dimensão, de cidade que se projecta e antecipa e de cidade que se concretiza. Disse-se, então, de forma mais poética, que “as cidades de sonho ou as cidades que se sonham cruzam-se, inevitavelmente, com as realidades que se habitam e onde quotidianamente tropeçamos”. E por isso, sem pretender qualquer afirmação original, pretendeu-se pôr à discussão as políticas para as cidades e a projecção das ideias concebidas a pensar na sua dinamização.

Pensamos que é fundamental actualizar o contacto com as reflexões resultantes quer da investigação, quer da intervenção, divulgando-as. Há contudo várias formas de o fazer. Há uma variedade de posições em torno da definição de quais são os temas principais, quais são as visões mais apropriadas.

Tomaram-se nessa matéria algumas opções. Em primeiro lugar, decidiu-se realizar um debate alargado, interdisciplinar, do campo das Ciências Sociais e da Arquitectura, e internacional, envolvendo investigadores portugueses e

espanhóis, sobretudo galegos dada a continuidade urbano-metropolitana que liga a fronteira noroeste peninsular. Em segundo lugar, quis-se confrontar as experiências dos investigadores com a de interventores, protagonistas na vida de várias cidades que têm sido repensadas face a desafios culturais e urbanísticos que externamente lhes vêm sendo colocados.

Organizou-se o debate segundo três problemáticas concretas que pareceram neste contexto as mais relevantes.

Uma primeira em torno dos modos como se dimensionam os projectos de animação cultural das cidades, restringidos à expressão mais limitada de “programações de temporada” ou ganhando projecção nacional e internacional, sobrevivendo ao curto prazo e estruturando um desejo continuado de animação urbana.

Uma outra a propósito do desenvolvimento de iniciativas no campo da melhoria das condições de vida das populações carenciadas que vivem em contextos urbanos, e de como de uma ideia genérica inspirada no sonho dos reformistas se foi chegando à concretização de políticas residenciais e de habitação social.

E por fim uma outra em torno das formas como se vão entrelaçando as políticas para a cidade, os projectos que a vão modificando e os patrimónios que conferem à vida urbana uma dimensão de vivido através do qual se revelam os sentimentos de pertença, as identidades.

Depois, do projecto à concretização, desafiámos um conjunto de investigadores e interventores que amavelmente forneceram a sua contribuição oral, agora refeita em documento escrito. A todos eles o nosso profundo agradecimento.

Transversalidades, especificidades, comparações

A sequência dada aos textos agora publicados foi repensada para permitir ao leitor um mais fácil manuseamento deste *dossier*. Num primeiro momento são apresentados três textos que percorrem temáticas gerais e que, completando-se, percorrem as grandes questões discutidas. Álvaro Domingues apresenta-nos “A cidade-providência” e os desafios que a ela se colocam no contexto português e europeu; Maria Castrillo Romón centra-se numa análise de longa duração em que discute o lugar da intervenção pública no plano da ordenação social e do ordenamento territorial urbanos e que intitulou “Vivienda social y planificación urbanística: vestígios reformistas en la práctica actual”; e Paulo Peixoto percorre o sentido das cidades contemporâneas no texto “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”.

Um segundo conjunto é constituído por quatro textos que partilham o facto de remeterem para experiências de investigação e de intervenção vividas na cidade e área metropolitana do Porto. Virgílio Borges Pereira bem o indica no título da sua contribuição “Uma imensa espera de *concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas* brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”. José Alberto Rio Fernandes retoma tal especificidade em “A cidade, os municípios e as políticas: o caso do Grande Porto”. E Natália Azevedo, alargando o plano de análise, apresenta “Políticas culturais à escala metropolitana: notas de uma pesquisa sobre a Área Metropolitana do Porto”. No âmbito das temáticas da intervenção urbana, surge o texto de Paulo Cunha e Silva “Cidade e programação cultural. O caso do Porto em 2001”.

Finalmente os dois últimos textos deste *dossier* são relativos a duas realidades territoriais que partilham de modo particularmente intenso com o Porto o desafio da transformação urbana e das implícitas recomposições físicas e sociais, económicas e culturais que lhe estão ligadas. Centrada no caso de Lisboa, Graça Índias Cordeiro traz-nos pelo seu lado o texto “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca”, enquanto José Maria Cardesín, centrado no contexto galego, trata as “Políticas de memória en la España posfranquista”, focadas a partir do exemplo da cidade de Ferrol.

Fica pois à disposição dos leitores este conjunto de artigos que nos parece essencial para o melhor entendimento dos problemas das cidades contemporâneas. Os leitores encontrarão neles valiosas referências informativas e, mais ainda, importantes sugestões de problematização e análise, assim como uma base muito rica a partir da qual poderão ser construídas múltiplas linhas de interpretação. Propõem-se de seguida algumas dessas possibilidades de leitura.

O Porto, num jogo de escalas

O extraordinário, nas grandes cidades, é hoje objecto de uma gestão de eventos. Fortemente ligados ao marketing, tais acontecimentos revelam-se, igualmente, como ocasiões privilegiadas de redefinição identitária, através da propagação de uma “nova imagem de cidade”, criando conexões entre programação cultural, requalificação urbanística e estímulo à actividade económica (quer através da dinamização do comércio e do turismo, quer, ainda, mediante a disseminação do terciário cultural de alta qualidade ou mesmo do «quaternário»). Tais processos, frequentemente devedores da imagem de sucesso da regeneração urbana levada a cabo em Barcelona, por ocasião dos Jogos Olímpicos, consubstanciaram-se, no caso de Lisboa e Porto, através de iniciativas

como a capital europeia da cultura (Lisboa 94 e Porto 2001) ou, ainda, a Expo 98. Paulo Cunha e Silva fala-nos, em particular, de “Porto 2001, Capital Europeia da Cultura”, enquanto protagonista empenhado – na altura um dos programadores culturais com maiores responsabilidades.

Importa referir que estes eventos, as capitais da cultura, se afastaram consideravelmente dos seus propósitos iniciais. Ao sugerir, em 1983, a institucionalização da figura da “cidade capital cultural”, a então ministra grega da cultura, a actriz Melina Mercouri, pretendia realçar a importância da diversidade cultural no projecto de construção europeia, nomeadamente face ao recrudescimento, já então patente em vários países, de nacionalismos vários e de reacções xenófobas face à diferença étnica e cultural. No entanto, cedo as cidades escolhidas se afastaram deste figurino para fazerem realçar, sobremaneira, as suas vantagens comparativas numa óptica de competição interregional e internacional aguerrida entre grandes centros urbanos e, simultaneamente, para testarem novos processos de governança e suscitarem energias endógenas.

O “Porto 2001” teve todos estes ingredientes mas a sua programação cultural (inicialmente em ligação estreita à reconversão urbana e à revitalização económica) pretendeu ir mais longe. Claramente *glocal*, a lógica de intervenção questionou fortemente os alicerces essencialistas de uma cidade hiperidentitária, cristalizada em estereótipos tão enraizados quanto anquilosados. O cosmopolitismo, a potenciação de redes locais e regionais de equipamentos culturais e de criadores, a formação de técnicos e de agentes de cultura (gestores, animadores, mediadores, programadores, produtores...) constituíram pedras de toque do projecto, a par de ousadas e iconoclastas estratégias de subversão de usos funcionais dos espaços e de jogos com os universos simbólicos da cidade, inclusivamente com os seus já lendários fracassos.

O “Metro do Pensamento” é, a esse respeito, uma iniciativa exemplar. De Glasgow, retirou a Porto 2001 a preocupação de envolvimento da população, patente, de forma transversal aos vários sectores da programação, não só nas múltiplas acções de formação de públicos, mas também nas extensões educativas dos equipamentos, ou, ainda, na democratização da própria esfera da criação cultural, com “óperas de comunidade” (companhia de ópera de Birmingham), cinema elaborado por jovens em percurso desviante ou tragédias gregas representadas por reclusos de estabelecimentos prisionais.

Todavia, o cariz efémero destes “grandes eventos” (de acordo com a tradição das políticas culturais francófonas), uma vez não assegurada a sua sustentabilidade, sistematicidade e continuidade, desagua em fenómenos de permanência estrutural de múltiplos défices no campo cultural.

Natália Azevedo mostra que, apesar de uma crescente perda da sua situação subalterna, a área da cultura, nas políticas municipais, permanece, em termos de resultados, aquém do desejável, patente, nomeadamente, na “insuficiência de estratégias de pedagogia cultural” e na “debilidade dos equipamentos culturais existentes”, faltando, ainda, no que respeita à gestão destes últimos, um autêntico trabalho em rede, capaz de forjar um espaço cultural à escala metropolitana.

Do mesmo modo, José Alberto Rio Fernandes, apesar de constatar lógicas e dinâmicas territoriais que fazem do Porto uma conurbação ou cidade-região (metapolis, no dizer de Ascher), verifica, uma vez mais do ponto de vista da intencionalidade política, um feroz desfasamento face à realidade, mercê da persistência de “tácticas” paroquiais, mais devedoras da pequena batalha política e da (ir)racionalidade burocrática do que de uma estratégia capaz de assentar no “pensamento complexo” e plural constitutivo das metrópoles actuais. As consequências encontram-se bem presentes nessa deriva de défice de intervenção nas zonas intersticiais e nos domínios que fazem a ligação e a mobilidade entre os vários pólos da mancha urbana.

A descoidência entre acção política e realidade intervencionada desemboca, igualmente, na cidade “dual” ou “socialmente esquartejada”. O Porto comporta, numa intensidade estatística extremamente relevante, um forte contingente de *outros* socialmente destituídos e “invisíveis”, por detrás das fachadas, físicas e simbólicas, da edificação oficial. As excepções, de novo, são pontuadas por picos de “espectacularidade” da acção político-social, com parcas traduções, no entanto, na transformação controlada das vivências e quotidianos. Virgílio Borges Pereira fala-nos, por isso, de “uma imensa espera de concretizações”, através de um olhar diacrónico que encontra, na história contemporânea do Porto, e em particular no problema da habitação, uma longa duração estrutural traduzida por “processos estabilizados e cristalizados de desigualdade e exclusão territoriais e sociais”.

O Estado... e o estado das cidades

Face à sentida redução da presença pública na vida das cidades, que nas palavras de Álvaro Domingues corresponde ao desmantelamento ideológico, financeiro e organizacional do Estado-Providência, parece haver unanimidade entre os autores quanto à necessidade de o Estado (central e local) se manter em sectores estratégicos da vida das cidades.

A gestão da convivência pública entre grupos sociais com situações económicas e relacionais muito desiguais é central para a sustentabilidade das

idades do futuro. É que face às condições de reconhecida desigualdade no acesso aos bens urbanos disponíveis, o papel regulador estatal permite reequacionar o lugar das diferenças na vida das cidades agigantadas. Sem ele, as dinâmicas bem conhecidas noutros continentes tomarão inevitavelmente conta dos nossos espaços públicos, da nossa vida colectiva, reduzindo ao ínfimo o sentido de liberdade que tanto enalteceu o sonho de metrópole que transportamos desde o final do século XIX.

Sonho convivial ou terror policial, o futuro das cidades, sobretudo das grandes cidades, está em boa medida dependente da capacidade que os decisores tiverem para definir e aprovar políticas para as cidades e as suas populações nas quais sejam necessariamente tomados em conta os custos económicos no imediato mas também avaliados os custos sociais de longa duração.

É pois necessário imaginar novas políticas que terão de ser ponderadas face a uma série de factores emergentes dos quais se destaca a dinamização da mobilidade em todos os planos.

É evidente que as políticas pensadas para grupos sócio-económicos homogéneos são hoje pouco eficazes, suscitando custos excessivos e resultados confrangedores. A constatação de que vivemos hoje em registos de mobilidade mais intensos, quer física, quer social e culturalmente, obriga a rever algumas certezas sobre as boas formas de agir nas políticas urbanas.

Os textos que se seguem permitem tomar contacto com a variedade de questões que se colocam nas nossas cidades. Aprofundando-os somos levados a ver que o desafio de encontrar soluções constitui um exercício de dificuldade acrescida que nos obriga a pensar relacionalmente dimensões como o habitat, a vida económica da cidade e a identidade dos lugares e das suas populações.

Cidade, tempo e património

Por grande parte das concepções hoje em dia difundidas acerca das relações entre cidade e cultura, perpassa um conjunto de ambiguidades. Entre elas salientam-se duas, às quais vários dos textos deste *dossier* de algum modo aludem, de maneira mais explícita ou mais implícita. Pode-se designá-las como a “ambiguidade do tempo” e a “ambiguidade do património”.

Estas duas ambiguidades não são independentes uma da outra. Pelo contrário, encadeiam-se fortemente, interligam-se entre si. Reportam-se a traços pregnantes das cidades actuais, ou, talvez melhor, a alguns dos vectores que, hoje em dia, vão tecendo dinamicamente as relações entre a cidade existente e a cidade desejada. Ou, de maneira mais prosaica, apontam para relações entre,

a um nível, a cidade que emerge da história e se vive no quotidiano e, a outro nível, o que se imagina e se prescreve nas políticas e nos projectos que se formulam para a cidade.

A ambiguidade do tempo, tal como tende a ocorrer nas cidades contemporâneas, manifesta-se de maneira exemplar nas tensões entre património e cultura. Nas acepções mais comuns, contidas em políticas e projectos de natureza e alcance variado que hoje investem as cidades, a noção de património assume as conotações do tempo histórico, do passado revalorizado, das permanências de valor identitário, da cultura acumulada.

Em simultâneo, no cerne dos entendimentos que associam de maneira privilegiada a cultura à cidade, em particular nos dos agentes que se propõem promover a cultura na cidade, encontram-se, em geral, o tempo do quotidiano presente e o tempo da construção de futuros – tempos esses implicados nas potencialidades específicas da cidade enquanto espaço diversificado e pluralista de criação e fruição cultural, lugar por excelência de geração de modos de cultura variados e entrecruzáveis.

A ambiguidade do património desdobra de algum modo a anterior, especificando-a, mas acrescentando-lhe igualmente elementos novos. Coloca em jogo a tensão entre o entendimento cultural do património (sobretudo, como acima referido, enquanto referência histórica e valência identitária) e a sua acepção turística, isto é, antes de mais, de natureza económica e orientação instrumental.

As dimensões desta tensão são várias, podendo destacar-se duas: a do desenvolvimento e a da participação. Concretizando: Em que medida as vertentes culturais e turísticas do património se contrapõem ou se sustentam mutuamente, enquanto componentes de processos de desenvolvimento das cidades? Até que ponto são compatibilizáveis, enquanto protagonistas e destinatários do património da cidade, os cidadãos-habitantes e os visitantes-turistas?

Vários dos artigos que se seguem – designadamente os de Paulo Peixoto e Natália Azevedo, ou os de Graça Índias Cordeiro e José María Cardesín, mas também outros – contribuem para ilustrar estas ambiguidades e para analisar algumas das suas raízes e das suas implicações, com importância não menos-prezável nas actuais formas de vivência urbana e nos projectos de cidade, vigentes ou emergentes que, hoje em dia, se confrontam.

A cidade complexa

Múltiplos são os actores, os protagonismos, as estratégias e as políticas. Tensos e contraditórios operam nessa realidade flutuante e em permanente

metamorfose – a cidade contemporânea, condensação de projectos e estruturas. Sem sabermos, com exactidão, onde principia e onde acaba, tacteamos, com metodologias e pontos de vista pluriperspectivados (e, necessariamente, pluridisciplinares e ecléticos), objectos de análise e de intervenção. Cidade-espectáculo, cidade *éclaté*, metapolis, cidade *genérica*, *edge city*, cidade de *quartzo* ou *fractal*... Polissemia de um sujeito-objecto onde se encontram e desencontram as lógicas da própria prática social, por definição espaço-temporal, tornada presente no território. Mil vezes morta, mil vezes renascida, omnipresente, palco de conflitos, geografia de exclusões, desafio ao planeamento e à acção política (geralmente em atraso...), a cidade chama-nos, uma vez mais: «A cidade, por onde fores, irá» (Kavafis).